



**Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena
Bacharelado em Ciências Contábeis**

**ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL:
OS IMPACTOS TRAZIDOS PELA EVOLUÇÃO
TECNOLOGICA.**

DORILDE FORTUNATA ARMELIATO

**JUINA - MT
2009**

DORILDE FORTUNATA ARMELIATO

**ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL:
OS IMPACTOS TRAZIDOS PELA EVOLUÇÃO
TECNOLOGICA.**

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Ciências Contábeis da Faculdade do Vale do Juruena, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Profº. Esp. Cláudio Luis Lima dos Santos
Orientador

Juína – MT
2009

DORILDE FORTUNATA ARMELIATO

**ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL:
OS IMPACTOS TRAZIDOS PELA EVOLUÇÃO
TECNOLOGICA.**

Monografia apresentada em (data de defesa) e aprovada pela Banca Examinadora,
constituída pelos professores:

Nome do 1º Componente da Banca
Orientador – Presidente da Banca

Nome do 2º Componente da Banca
Membro

Nome do 3º Componente da Banca
Membro

Juína – MT
2009

À minha família, pelo apoio que tenho recebido durante toda a minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida.

A minha família pelo carinho, amor e experiência que souberam transmitir,

A os colegas de trabalho pela convivência diária, e aos meus professores pelo incentivo de todo o tempo de estudo.

“Valorize o efeito de longo prazo ao cumprir o que você se propõe a fazer”.

“Lídima e inteira justiça”

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo identificar os impactos ocorridos na escrituração contábil com novo sistema implantado no País através do decreto Presidencial, de modo simplificado, as principais vantagens e possíveis desvantagens ocorridas, propostas pelo Sistema Público de Escrituração Digital, está representando por uma solução tecnológica no meio contábil em que as administrações tributárias não serão as únicas beneficiadas. Os profissionais na área contábil terão uma economia de impressão, manuseio e armazenamento de livros e outros documentos, e redução nas apresentações de obrigações acessórias, pois as escriturações fiscais e contábeis serão feitas e mantidas em meio digital e validadas através da Certificação Digital. Sendo para o governo, uma chance de aumentar a qualidade da fiscalização e assim obter maior controle sobre a sonegação.

Palavras-chave: Sistema Público de Escrituração Digital – SPED. Escrituração Contábil Digital – ECD. Impactos Tecnológicos.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

SPED	Sistema Público de Escrituração Digital
EFD	Escrituração Fiscal Digital
ECD	Escrituração Contábil Digital
NFe	Nota Fiscal Eletrônica
CTe	Conhecimento de transporte Digital
SEFAZ-MT	Secretaria de Fazenda do Estado Mato Grosso
SRF	Secretaria da Receita Federal

LISTA DE FÍGURAS

Figura 1 - máquina de escrever.....	18
Figura 2 – Sistema eletrônico.....	19
Figura 3 – Modelo de Plano de contas.....	24
Figura 4 – formato oficial do livro razão.....	25
Figura 5 – formatos oficiais Balancete Diário.....	25
Figura 6 – formato oficial da demonstração de resultado do exercício.....	25
Figura 7 – formato oficial do Balanço Patrimonial.....	26
Figura 8 – Programa validador e assinador - PVA.....	27
Figura 9 – Livro digital assinado.....	28
Figura 10 – Livro digital assinado.....	28

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	10
1.2 PROBLEMA DA PESQUISA	11
1.3 HIPÓTESES	11
1.4 OBJETIVOS	12
1.4.1 <i>Objetivo Geral</i>	12
1.4.2 <i>Objetivos Específicos</i>	12
1.5 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	12
1.6 JUSTIFICATIVA	13
1.7 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE AO LONGO DA HISTÓRIA.....	14
2.2 SURGIMENTO E EVOLUÇÃO DA TECNOLOGIA.....	16
2.3 OS PRIMEIROS SISTEMAS, AS DIFERENÇAS DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL.	17
2.4 OS IMPACTOS DA TECNOLOGIA NA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL.....	19
3 MÉTODOS DE PESQUISA	31
4 ANÁLISES DE DADOS E RESULTADOS	32
5 CONCLUSÃO	34
REFERÊNCIAS	36

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

O mundo dos negócios tem convidados os profissionais de diversas áreas a evoluir de forma idêntica à velocidade da tecnologia e da nova economia, o Brasil vive um momento extraordinário relevante para o profissional da contabilidade, os quais podem redirecionar suas atividades apoiando-se nos avanços tecnológicos proporcionando a seus clientes o que há de melhor no conhecimento contábil, os avanços vem sendo marcados pelo ritmo acelerado e pelas variedades de inovações que estão sendo introduzidas no mercado.

Segundo, Vilardaga Vicente (2009, p.14 revista razão contábil), artigo “Tempos Modernos”.

“A contabilidade e o controle fiscal no Brasil estão passando por uma revolução digital, que envolve o aumento da transparência sistêmica e o monitoramento fino e remoto da Receita Federal sobre as operações contábeis e os processos internos das empresas. O Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), lançado em janeiro de 2007 pelo governo como parte do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), já começa a ocorrer em grande escala e vai levar à substituição gradual do papel pelo meio eletrônico como suporte das informações que garantem o cumprimento das obrigações acessórias. As contas das empresas circularão pela internet na forma de arquivos digitais e o trabalho de fiscalização se tornará mais preciso e rápido”.

Na Constituição brasileira de 1998, assegura a igualdade a todos.

“Artigo 5º, Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes”.

Essa afirmação merece reflexão, na prática será que é essa a realidade que nós vivemos no dia a dia na condução administrativa e gerencial das empresas, mesmo com distancias geográficas enormes dos grandes centros.

Ainda acordo com o Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (2005).

“...as micros e pequenas empresas juntas representam 99,2% do número total de empresas formais, são responsáveis por 57,2% dos empregos formais totais. Por outro lado em relação à continuidade, o mesmo órgão

apontou que 49,9% das empresas no Brasil encerram suas atividades com até 2 anos de funcionamento”.

As informações, treinamentos, capacitação e acompanhamentos a essa mudanças, conseguem chegar com a mesma velocidade dos grandes centros brasileiros.

Para Drucker Peter, em um artigo intitulado “O Futuro Já Chegou”, já definia a “revolução do conhecimento”.

”Aquilo que chamamos de Revolução da Informação é, na realidade, uma revolução do conhecimento. A rotinização dos processos não foi possibilitada por máquinas. O computador, na verdade, é apenas o gatilho que a desencadeou. O software é a reorganização do trabalho tradicional, baseado em séculos de experiência, por meio da aplicação do conhecimento e, especialmente, da análise lógica e sistemática. A chave não é a eletrônica, mas, sim, a ciência cognitiva”.

Para agregar valor a uma empresa ou á carreira profissional, não basta ter informações, é necessários que se materializem estas informações, tornadas úteis na pratica, melhorando as habilidades humanas de análise e síntese.

Logo, a presente pesquisa justifica-se por investigar um tema de relevância na escrituração da contabilidade das empresas, buscando entender e conhecer impactos destas medidas e exigências, identificarem as vantagens e desvantagens mais relevantes na sistemática do SPED, Escrituração Contábil Digital – Ecd. Espera-se que a pesquisa possa proporcionar melhor entendimento para os profissionais da contabilidade.

1.2 Problema da Pesquisa

“Quais os impactos da Escrituração Contábil Digital para os profissionais de Contabilidade diante da evolução Tecnológica.”

1.3 Hipóteses

Segundo Silva, (2008, p.49), “A hipótese não é a certeza da resposta à pesquisa, pois se assim o fosse não seria necessário realizar pesquisa”.

- A falta de um sistema contábil adequado pode contribuir de forma negativa para o bom desenvolvimento do trabalho do contador.

- Se o prazo estabelecido no Decreto 6.022/07 para a implantação do Sped é até 2010, então pode ocorrer uma probabilidade desse período não ser suficiente para as devidas adequações.
- Os profissionais de contabilidade sem capacitação e treinamento poderão comprometer a qualidade na prestação dos serviços contábeis.

1.4 Objetivos

Segundo Silva, (2008, p.51),“São os fins teóricos e práticos que se propõe alcançar com a pesquisa”.

1.4.1 Objetivo Geral

Identificar os impactos da escrituração contábil digital para os profissionais de contabilidade.

1.4.2 Objetivos Específicos

- Estudar sobre a escrituração contábil e evolução tecnológica.
- Identificar as dificuldades encontradas pelos profissionais de contabilidade no tocante a utilização do ECD.
- Verificar os impactos da escrituração contábil digital.
- Evidenciar as vantagens deste novo método de demonstrar a escrituração contábil.

1.5 Delimitação da Pesquisa

A presente pesquisa pretende contribuir com os profissionais de contabilidade e contribuintes evidenciando as vantagens e desvantagens que a escrituração contábil digital – ECD, produzirá, o estudo terá como foco a

implantação Sped, utilizando-se instrumentos disponíveis e desenvolvidos no País, e possibilitara a comunidade acadêmica uma visão clara sobre o tema.

1.6 Justificativa

Esta pesquisa visa demonstrar os impactos das medidas e exigências, identificando as vantagens e desvantagens do sistema, cujo objetivo é proporcionar conhecimento aprofundado a respeito da Escrituração Contábil Digital, para os profissionais de contabilidade, visto que os avanços sempre trazem obrigações de mudança de comportamento a serem adotadas.

No entanto ha uma grande preocupação entre os usuários dos serviços contábeis; para os profissionais da contabilidade em estar se adequando a estes desafios, já para os empresários, a preocupação é justarem-se as mudanças significativas e as possíveis sanções estabelecidas, uma vez que o órgão governamental utiliza-se de tais avanços tecnológicos para garantir e assegurar a arrecadação e também identificar evasão fiscal. Por outro lado o mercado que busca soluções corporativas através de uma consultoria eficaz que auxiliem na atual conjuntura mercadológica na tomada de suas decisões, e a esfera governamental buscando garantir os recursos para o controle econômico-social do País.

1.7 Estrutura do Trabalho

Este trabalho está dividido em cinco seções sendo elas:

1. Introdução: onde vem destacando a contextualização, problema da pesquisa, hipótese da pesquisa, objetivo geral e específico, delimitação da pesquisa, justificativa e por fim a estrutura do trabalho.

2. Referenciais teóricos nesta sessão são abordados tópicos sobre:

A importância da Contabilidade ao longo da história; Surgimento e evolução da Tecnologia; Os primeiros sistemas as diferenças de escrituração contábil; e os impactos da tecnologia na Escrituração Contábil.

3. Metodologia: demonstrando os métodos com que foi realizado o trabalho e como foi desenvolvido, utilizando pesquisa método exploratória.

4. Apresentação da Análise dos resultados: Com base no diagnóstico obtido na pesquisa junto Leis, Decretos, Instruções Normativas, Atos Cotec, Livros e pesquisa internet, etc... sendo analisado quais os impactos da contábil digital através da implantação da SPED Sistema Público de escrituração digital.

5. Conclusão: onde consta a resposta ao problema da pesquisa, as hipóteses confirmadas, como foram atingidas os objetivos e a conclusão geral do trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A importância da Contabilidade ao longo da história

Para Marion (2008, p. 26), “(Uma empresa sem boa Contabilidade é como um barco, em alto-mar, sem bússola).”

O autor esclarece a importância da contabilidade e o desempenho que ela fornece aos gestores, responsáveis diretos pelas tomadas de decisões.

“A Contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa. Ela é muito antiga e sempre existiu para auxiliar as pessoas a tomarem decisões. Com o passar do tempo, o governo começa a utilizar-se dela para arrecadar impostos e a torna obrigatória para a maioria das empresas”. (MARION, 2008, P. 26).

Marion também afirma que, (2003, p. 26).

“... pode-se dizer que cenários contábeis primitivos é o ambiente em que as entidades comerciais e indústrias estavam num estágio embrionário (em relação a nossos dias), onde o proprietário era a figura central da ação empresarial, com lentas mudanças tecnológicas em situações mais estáveis em termos de preço, mercado etc.”

É sabido no meio que a existência da Contabilidade vem desde os primórdios da civilização, e durante cada período foi tida como essencial a sua devida escrituração, mantendo a história da evolução das entidades e cada um destes momentos foi tido como a arte da escrituração mercantil.

Segundo Drummond, (1995, p. 75), a história da contabilidade se divide em quatro períodos:

1 – Contabilidade do Mundo Antigo – até 1202 da Era Cristã.

“A Contabilidade empírica, praticada pelo homem primitivo, já tinha como objeto, o Patrimônio. Os primeiros registros processaram-se de forma rudimentar, na memória do homem. Como este é um ser pensante, inteligente, logo encontrou formas mais eficiente de processar os seus registros, utilizando gravações e outros métodos alternativos.

“O inventário exercia um importante papel, pois a contagem era o método adotado para o controle dos bens, que eram classificados segundo sua natureza: rebanhos, metais, escravos, etc.

O Sistema Contábil é dinâmico e evoluiu com a duplicação de documentos e “Selos de Sigilo”. “Os registros se tornaram diários e, posteriormente, foram sintetizados em papiros ou tábuas.”

2 – Contabilidade do Mundo Medieval – de 1202 da Era Cristã até 1494.

“Se os súmro-babilônios plantaram a semente da Contabilidade e os egípcios a regaram, foram os italianos que fizeram o cultivo e a colheita.

Foi um período importante na história do mundo, especialmente na história da Contabilidade, denominada a “Era Técnica”, devido às grandes invenções, como moinho de vento, aperfeiçoamento da bússola, etc. O livro-caixa recebia registros de recebimentos e pagamentos em dinheiro. “Já se utilizavam, de forma rudimentar, o débito e o crédito.”

“O aperfeiçoamento e o crescimento da Contabilidade foram a consequência natural das necessidades geradas pelo advento do capitalismo, nos séculos XII e XIII”.

3 – Contabilidade do Mundo Moderno – de 1494 até 1840.

“A Contabilidade tornou-se uma necessidade para se estabelecer o controle das inúmeras riquezas que o Novo Mundo representava.

O aparecimento da obra de Frei Luca Pacioli (Métodos das Partidas Dobradas), no século XV, marca o início da fase moderna da Contabilidade.

“A obra de Pacioli não só sistematizou a Contabilidade, como também abriu precedentes para que novas obras pudessem ser escritas sobre o assunto”.

4 – Contabilidade do Mundo Científico – de 1840 até os dias de hoje.

“Os estudos envolvendo a Contabilidade fizeram surgir três escolas do pensamento contábil: a primeira, chefiada por Francisco Vila, foi a Escola Lombarda; a segunda, a Escola Toscana, chefiada por Giuseppe Cerboni; e a terceira, a Escola Veneziana, por Fábio Besta”.

Para Hendriksen (1999, p. 38)

“Os sistemas de partidas dobradas mais antigos são encontrados no norte da Itália, e remontam ao séculos XIV. O Frei Luca Pacioli codificou tais sistemas num apêndice a um livro publicado em Veneza em 1494.”

(...) “A contabilidade floresceu em solo fertilizado por séculos de aprendizagem e comércio com o Oriente, invenções tais como a vela latina, a imprensa e um novo sistema de números. “Em grande parte, esses avanços foram levados à Europa da China e da Índia por estudiosos árabes”.

Segundo Hendriksen (1999, p. 41)

“Á medida que a história é contada, torna-se rapidamente evidente que a contabilidade foi um produto de muitas mãos e muitas terras. A história da contabilidade rapidamente mostra que nossa cultura deriva quase inteiramente de outras culturas.”

2.2 Surgimento e evolução da Tecnologia

Os avanços tecnológicos evoluem à medida que as exigências de mercado aproximaram-se do mundo globalizado. Os impactos dessa transição serão sentidos além das fronteiras empresarias. Sentiremos mudanças profundas nas atitudes individuais e também na estrutura do sistema educacional brasileiro que deverá sofrer adequações urgentes para preparar melhor os futuros profissionais.

Segundo Vilaradaga, (2009, p.56) “Não haverá mais zona nebulosas e nem poeira nos livros mercantil”.

“... A contabilidade e o controle fiscal no Brasil estão passando por uma revolução digital, que envolve o aumento da transparência sistêmica e o monitoramento fino e remoto da Receita Federal sobre as operações contábeis e os processos internos das empresas”.

Para Hendriksen (1999, p.38)

“A contabilidade desenvolveu-se em resposta a mudanças no ambiente, novas descobertas e progressos tecnológicos. Não há motivo para crer que a contabilidade não continue a evoluir em resposta a mudanças que estamos observando em nossos tempos”.

De acordo com Druker (200, p. 1),

“após a segunda metade do século XX, um novo cenário é vislumbrado com o advento da informática, quando a tecnologia passou também a ser utilizada no sentido de aumentar a capacidade mental dos recursos humanos envolvidos nas diversas atividades da empresa. Considerando-se a Revolução Industrial como marco fundamental para o avanço tecnológico, pode-se concluir que os conceitos de Ciência e Tecnologia evoluíram a partir da segunda metade do século passado, passando a ser

compreendido após uma interação entre as diversas áreas do conhecimento, quando o intercâmbio das ciências exatas e humanas se traduziu em benefícios ao processo de inovação.”

Neste sentido, Duarte, apud FALCONI VICENTE (2008, p.131),

“A existência destes sistemas permite à empresa fazer coincidir as informações gerenciais com as contábeis. Isso propicia um controle orçamentário antes existente. Os sistemas ERP ainda forçam as empresas a repensar seus processos e contabilizar seus custos de forma antes impossível.”

2.3 Os primeiros sistemas, as diferenças de escrituração contábil.

A importância da escrituração contábil na organização é fundamental, onde permaneceram os registros dos atos e fatos, permitindo que ao passar dos anos possa identificar a identidade da empresa e conheça seu passado.

Conforme o Art. 203 do Decreto-lei 1.598/77, A pessoa jurídica é obrigada a seguir ordem uniforme de escrituração, mecanizada ou não, utilizando os livros e papéis adequados, cujo número e espécie ficam o seu critério.

Para Padoveze (2000, p. 155). “A escrituração e o lançamento contábil são a base de qualquer sistema de informação contábil que pretenda fazer-se gerencial e, portanto, evidenciar todos o escopo da ciência contábil, de controle do patrimônio empresarial.”

De acordo com Oliveira (200, p.11),

“nos últimos 30 anos aconteceram mudanças significativa na legislação tributária brasileira e nos procedimentos contábeis. O processo manual de escrituração contábil foi substituído pelo mecânico e, logo em seguida, pelo eletrônico. As melhorias na forma de fazer a contabilidade de uma empresa, utilizando-se a tecnologia da computação, trouxeram enormes benefícios para os profissionais da área.”

Segundo Marion (2008, p. 194-204),

“entende-se por sistema de contabilidade o conjunto de atividades contábeis que engloba a compreensão da atividade empresarial (necessária para elaborar um plano de contas adequado), a análise e interpretação de cada fato contábil isoladamente, a contabilização e a elaboração das Demonstrações financeiras, sua análise, interpretação e recomendações para aperfeiçoar o desempenho da empresa.

Afirma Marion (...) que os sistemas já utilizados na Contabilidade ao longo dos séculos são compostos de cinco sistemas;

Sistema Manual, Todos os sistemas contábeis dependem de acionamento manual. Aqui, no entanto, entende-se por sistema manual o que se utiliza de instrumentos simples, de valor reduzido, tais como

canetas, livros ou ficha a serem escrituradas etc. Os livros Diário e Razão, nesse processo, podem ser adquiridos em lojas especializadas ou em papelarias;

(...) O sistema manual por muitos anos foi o principal método contábil. Os contadores necessitavam ter boa caligrafia para a escrituração. Esse sistema hoje está em desuso.

Sistema Maquinizado, por algum tempo, foi considerado um processo moderno onde se utilizava a máquina de datilografar comum, a máquina de calcular e um formulário denominado Ficha Tríplice. Esse processo era conhecido como maquinizado (e não mecanizado);

A ficha Tríplice era constituída de três vias (daí a origem de seu nome). Tem uma impressão tipográfica diferenciada (em cores) para cada via e a datilografia deve ser realizada com o uso de carbono. A finalidade de cada uma delas é:

- Primeira via: impressa e datilografada com tinta copiativa, destina-se a ser copiada no livro Diário.
- Segunda via: destina-se a compor o Razão da conta debitada, uma vez que o campo (espaço) destinado à conta de crédito está cancelado.
- Terceira via: tendo cancelado o campo da conta debitada, destina-se a compor o Razão da conta creditada.

A ilustração através da figura do sistema trás recordações importantes das tarefas utilizadas ao longo do tempo, hoje não se consegue imaginar esse sistema em função da evolução, mas para aquele período a máquina de escrever era a grande ferramenta disponível.

Figura 1 - máquina de escrever



Fonte: Odisseia Digital Arquivos

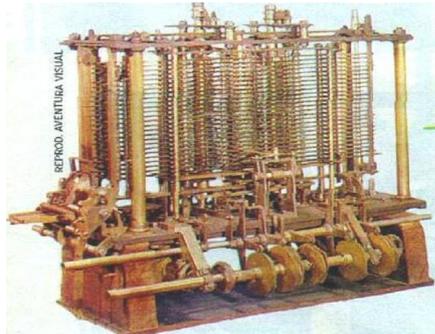
Continua Marion (...) na década de 80, gigantescas empresas produziam máquinas de datilografar: Olivetti, Burroughs, Remington etc. Com o advento do microcomputador, essas empresas praticamente desapareceram.

Sistema Mecanizado; o sistema mecanizado era caracterizado por um equipamento contábil, ou seja, por uma máquina específica para se fazer contabilidade. Neste sistema, fazia-se a inserção frontal que possibilita a elaboração simultânea do Diário com ficha Razão. O equipamento podia ser datado também de somadores e saldadores que forneciam as somas das colunas do Diário, tanto de débito como de crédito, e também o saldo da Ficha Razão.

Comenta Marion (...) Com o advento da era eletrônica, também o sistema mecanizado está em seu crepúsculo.

O sistema mecanizado já foi um avanço na área contábil, nem todos tinham a oportunidade de estar adquirindo um sistema, por diversas situações custos elevados e falta do produto, a figura e para ilustrar os primeiros computadores existentes.

Figura 2 – Sistema eletrônico



Fonte: Odisséia Digital arquivos

SISTEMA Eletrônico; o sistema eletrônico pressupõe o uso do computador, que, hoje, deixou de ser algo misterioso e aterrorizador para ser entendido como uma calculadora muito rápida que, entre outras coisas, elabora, comprara, analisa e transforma em relatórios a contabilidade de uma empresa.

(...) As grandes novidades nesta área são os softwares contábeis, integrandos com custos, orçamentos, folha de pagamento, setor financeiro, são eficientes e de simples operacionalização.

Para PADOVEZE, (2000, p.101-109)

“Para fazer a escrituração dos fatos administrativos, temos um método e podemos utilizar sistemas, os sistemas passíveis de utilização, tais como: Manual; Maquinizado; mecanizado e Computacional. Todo lançamento deve ser feito baseado num documento que o habilite chamado documento hábil.”

2.4 Os impactos da tecnologia na Escrituração Contábil.

As mudanças advindas dos avanços da tecnologia devem desencadear uma verdadeira revolução na gestão empresarial brasileira, agregando vantagens para as organizações sérias que sofrem com concorrência desleal, pirataria, contrabando, e

empresas predadoras que se consideram acima da lei, essas certamente terão problemas. Mas para adequação as empresas necessitam de planejamento tributário, auditoria e contabilidade gerencial, medidas imprescindível para assegurar a precisão nas informações contábeis da empresa.

Segundo Conselho Federal de Contabilidade (2008, p. 174)

“As inovações advindas do desenvolvimento tecnológico, até então, não estavam sendo aproveitadas pelos órgãos fiscalizadores.

(...) “Continua, Além de contribuir com sugestões técnicas, especificamente quanto ao modulo de Escrituração Contábil Digital, e, sobretudo, no que diz respeito às Normas Brasileiras de Contabilidade, o CFC editou, em fevereiro de 2005, a Resolução CFC nº 1.020/05, que aprovou a NBCT 2.8 – Das Formalidades da Escrituração Contábil em forma Eletrônica, com o objetivo de orientar os contabilistas.”

Para Zanluca (2009, p.1)

“A modernização das regras contábeis iniciou-se no final 2007, com a publicação da Lei 11.638/07, iniciando a adaptação das normas brasileiras às regras internacionais de contabilidade. Outra novidade recente foi a implantação do Sped Contábil (decreto nº 6.022/2007), prevendo que os livros e documentos contábeis serão emitidos em forma eletrônica.”

Com a publicação do Decreto nº 6.022 de 22 de janeiro de 2007, o Governo Federal resolve apertar o cerco contra a sonegação e implantou o Sistema Público Digital – SPED, o objetivo é obter mais controle, fiscalização e padronização na coleta de dados. Essa nova lei possui vários desafios e impactos para os profissionais que atuam na área.

Segundo Giroto Maristela (2008, p.7)

“O surgimento do Sped e a utilização da tecnologia digital, com certeza, irão provocar um impacto muito bom na classe contábil, pois se trata de uma maneira bem mais fácil de trabalhar. Para os empresários, de forma geral, o Sped Contábil traz uma modernidade que possibilita a eles dedicarem-se essencialmente ao seu negócio, sem perder tempo com burocracia e com a utilização de papel.

Dentre os principais impactos destaca-se os investimentos em tecnologia, treinamentos em pessoal mudança nas barreiras cultural, algumas habilidades são necessárias para gerar conhecimentos a partir da informação.

Para Zanini Marco (2008, p.56)

“existe uma barreira cultural para se disponibilizar informações pelos meios eletrônicos (medo da disseminação das suas informações), mas, ao longo do tempo, isso se tornará uma prática corriqueira, diz. “Não vai me espantar se a arrecadação subir 30% a 50% nos próximos três, ou quatro anos”, afirma Zanini.

No entanto o Sped traz uma abrangência nacional uma convergência de interesse entre governo e mercado, com a digitalização fiscal e contábil estará inserido nesta tendência global, todas as informações pertinentes a contabilidade.

Para Duarte Roberto Dias (2008, p.64), “O primeiro passo no sentido de aumentar a presença fiscal foi alterar a redação da nossa constituição. Em dezembro de 2003, a emenda constitucional de número 42 deu a seguinte redação ao seu artigo 37:

“art. 37. XXII- as administrações tributárias da União, dos Estados, Distrito Federal e dos municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritário para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio, com esta nova redação constitucional abriu caminho para a modernização de gestão tributária, nasce o SPED, que é composto por três Projetos: Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), Escrituração Contábil Digital (ECD) e Escrituração Fiscal Digital (EFD).

O SPED é fruto de um trabalho conjunto de autoridades fiscais que, em diversos momentos, atuaram em conjunto e com algumas empresas privadas que participantes do projeto piloto.

Segundo o CFC, (2008, p.17 RBC),

“tem participado ativamente do Sped, em julho de 2005, a RFB convidou o CFC para participar do grupo de trabalho para desenvolvimento do Sped, o CFC, desde então tem participado com brilho e importantes proposições”.

Formalmente, o SPED foi criado por meio do Decreto 6.022 de janeiro de 2007.

“Institui o Sistema de Escrituração Digital – Sped

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e considerado o disposto no art.37, inciso XXII, da Constituição, nos arts. 10 e 11 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, e nos arts. 219, 1.179 e 1.180 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Sistema Público de Escrituração Digital Sped.

Art. 2º O Sped é instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração comercial e fiscal dos empresários e das sociedades empresárias mediante o fluxo único, computadorizado, de informações.

§ 1º Os livros de documentos de que trata o caput serão emitidos de forma eletrônica, observando o disposto na Medida Provisória no 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

§ 2º O disposto no caput não dispensa o empresário a sociedade empresária de manter sob sua guarda e responsabilidades os livros e documentos na forma e prazos previstos na legislação aplicável.

A escrituração Contábil Digital (ECD) é o pilar contábil do SPED. Simplificada podemos entender A ECD como a geração de livros contábeis em meio eletrônico, através de arquivo com leiaute padrão e assinado com certificado digital.

Foi instituída pela Instrução Normativa RFB 777 de 19/11/2007, que foi retificada pela IN 787, em 22/11/2007, a ECD abrange os seguintes livros:

- Diário Geral;
- Diário com Escrituração Resumida (vinculado a livro auxiliar);
- Diário Auxiliar;
- Razão Auxiliar;
- Livro de Balancetes Diários e Balanços.

Nesta instrução normativa cria a obrigatoriedade de participação no SPED contábil é definida pela IN 787, de 19/11/07.

“... Instrução Normativa RFB nº 787, de 19 de novembro de 2007 DOU de 20.11.2007.

Art. 3º Ficaram obrigadas a adotar a ECD, nos termos do art. 2º do Decreto nº6. 022, de 2007:

I- Em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2008, as pessoas jurídicas sujeitas a acompanhamento econômico – tributário diferenciado, nos termos da Portaria RFB nº11. 211, de 7 de novembro de 2007, e sujeitas á tributação do imposto de renda base no lucro real;

II- Em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2009, as demais pessoas jurídicas sujeitas á tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real.

(...)

Art. 10. A não apresentação da ECD no prazo fixado no art. 5º acarretará a aplicação de multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por mês - calendário ou fração...”.

Na prática, a Coordenação Especial de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes (Comac) indica empresas devem “praticar” do acompanhamento diferenciado, com base em alguns critérios, conforme abaixo.

“Portaria RFB nº 11.211, de 7 de novembro de 2007(*)

DOU de 12.11.2007

Dispõe sobre o acompanhamento econômico – tributário diferenciado das pessoas jurídicas. Alteradas pela Prática RFB nº 11.365 de 12 de dezembro de 2007. Anexo Único Retificado no DOU de 28/12/2007, seção 1, pág. 52

(...)

Art. 4º As pessoas jurídicas objeto do acompanhamento diferenciado serão indicadas pela Coordenação Especial de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes (Comac), com base nas seguintes variedades:

I- Receita bruta constante da Declaração de Informações Econômica – Fiscal da pessoa jurídica (DIPJ) ou dos Demonstrativos de Apuração de Contribuições Sociais (DACON);

II- Débitos declarados nas Declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF);

III- Massa salarial constante das Guias de Recolhimento do FGTS e informações à Previdência Social (GFIP);

IV- Débitos totais declarados nas Guias de Recolhimento do FGTS e informações à Previdência Social (GFIP);

V- Representatividade na arrecadação de tributos administrados pela RFB.

1º Além das administrações procedidas nos termos do caput, poderão ser objeto de acompanhamento diferenciado, por iniciativa da Comac, as pessoas jurídicas:

I- De direito Público;

II- Que operem em setores econômicos relevantes, em termos de representatividade da arrecadação tributária federal;

III- Que tenham efetuado indevidamente compensações de tributos, nos termos do art. 74 da lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 2006;

IV- Imunes, isentas ou beneficiárias de incentivos fiscais; e

V- Que tenham praticado infrações à legislação tributária, apuradas em procedimentos de fiscalização efetuados no âmbito da RFB.

Conforme a resolução 1020/05, do Conselho Federal de Contabilidade, aprovou a “NBC T 2.8 – Das Formalidades as Escrituração Contábil em Forma Eletrônica”:

“2.8.2.5. A escrituração contábil em forma eletrônica e as emissões de livros, relatórios, peças, análises, mapas demonstrativos e Demonstrações Contábeis são de atribuição e responsabilidade exclusiva de contabilista legalmente habilitado com registro ativo em Conselho Regional de Contabilidade e devem conter certificado e assinatura digital do empresário ou da sociedade empresária.”

Através do Ato Declaratório Exclusivo Cofis nº 36 de 18 de dezembro de 2007, fica instituído o Plano de Contas Referencial, nela está especificado as tabelas e o Plano de Contas Referencial da ECD. Seguindo o ato as instituições sujeitas à regularização do Banco Central do Brasil deverão utilizar plano contábil das instituições financeiras (Cosif); as sujeitas à regulamentações da superintendência de seguros privados – Susep – ficam dispensadas do preenchimento do campo a que se refere esta tabela de código.

Figura 3 – Modelo de Plano de contas

Plano de Contas		
Código	Nível	Descrição
1	1	Ativo
1.01	2	Circulante
1.01.01	3	Estoque
1.01.01.01.00	4	Imóveis destinados a Venda
2	1	Passivo

Fonte: Receita Federal do Brasil

Registro da ECD, conforme arquivo digital é composto de informação, cada qual um registro de abertura, com registros de dados e com um registro de encerramento.

O leiaute do arquivo definido no anexo único da IN RFB 777 é bastante detalhado. Abaixo, seguem o exemplo dos lançamentos Contábil e suas partidas.

Os livros serão emitidos em forma eletrônica, observado o disposto na Medida Provisória no 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Pública Brasileira - ICP-Brasil.

Esta é a base legal a qual não dispensa o empresário e a sociedade empresária de manter sob sua guarda e responsabilidade os livros e documentos na forma e prazos previstos na legislação aplicável.

Pode-se entender que o Projeto SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, oficializado em janeiro de 2007, trata-se de uma solução tecnológica que oficializa os arquivos digitais das escriturações fiscal e contábil dos sistemas empresariais dentro de um formato digital específico e padronizado.

Dessa forma, o dos objetivos do SPED e que irá contribuir para a redução dos custos com o armazenamento de documentos e também para minimizar os encargos com o cumprimento das obrigações acessórias, além de possibilitar uma maior segurança.

Os arquivos gerados para envio ao ambiente do SPED deverão ser transmitidos via sistema próprio disponibilizado pela Receita Federal, que está disponível no sítio da instituição pelo endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Figura 4 – formato oficial do livro razão.

Livro Razão _____	Período da Escrituração: 01/02/2006 a 31/12/2006
	Período Selecionado: Fevereiro a Março de 2006
Entidade: Seguradora Tremendo Ltda.	CNPJ/CPF: 00.012.345/0001

Conta:		01.001 – Caixa Movimento				
Data	Histórico	Nº Lançamento	Débito	Crédito	Saldo do Dia	D/C
Saldo Inicial:					10.000,00	C
01/02/2006	Depósito em dinheiro	1	--	1.000,00		
01/02/2006	Retirada em dinheiro	2	--	11.000,00	220.000,00	C

Fonte: www.receita.fazenda.gov.br

Figura 5 – formatos oficiais Balancete Diário.

Balancete Diário _____	Período da Escrituração: 01/02/2006 a 31/12/2006
	Data Selecionada: 01/02/2006
Entidade: Seguradora Tremendo Ltda.	CNPJ/CPF: 00.012.345/0001

Data		01/02/2006							
Código Conta	Conta	Cód Centro Custo	Centro Custo	Saldo Inicial	D/C	Débito	Crédito	Saldo Final	D/C
0.001.002	Bancos Movimento	1	Sunat	200	D	100	50	250	D
0.002.003	Caixa Movimentos	1	Sunat	200	C	100	50	150	C
0.001.003	Móveis	1	Sunat	50	D	50	150	50	C

Fonte: www.receita.fazenda.gov.br

Figura 6 – formato oficial da demonstração de resultado do exercício.

Demonstração de Resultado do Exercício Período da
 Período: 01 de Janeiro a 31 de Julho de 2006
Entidade: Seguradora Tremendo Ltda.

Descrição	Valor
Receita Bruta Operacional	122.892,00
Vendas de Serviços	122.892,00
Deduções das Receitas	100
ISS	2,3
Lucro ou Prejuízo	

Fonte: www.receita.fazenda.gov.br

Figura 7 – formato oficial do Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial Período da
 Data do Balanço: 30 de Julho de 2006
Entidade: Seguradora Tremendo Ltda.

Descrição	Saldo
Ativo	50.000,00
Ativo Circulante	25.000,00
Disponível	20.000,00
Caixa Movimento	200
(-) Duplicatas descontadas	-146,08
Passivo	6.000,00
Passivo Circulante	300

Fonte: www.receita.fazenda.gov.br

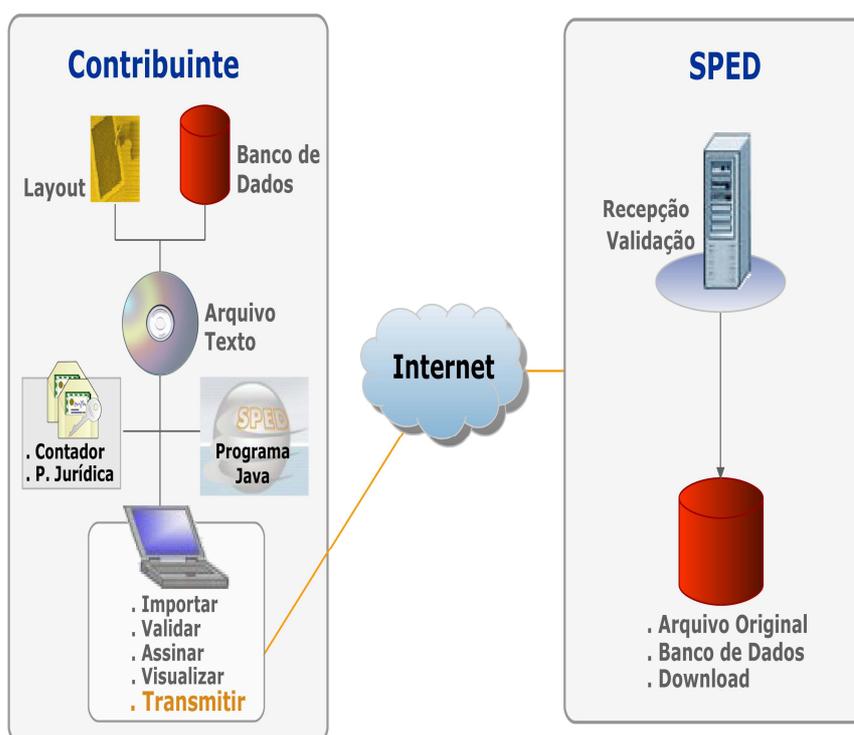
A certificação digital é um conjunto de técnicas e processos que propiciam mais segurança às comunicações e transações eletrônicas permitindo também a guarda

A Escrituração Contábil Digital passa necessariamente por Regras de Validação, deverá ser submetida ao PVA que fará a validação do arquivo digital da escrituração da ECD conforme constam do anexo I do Ato Declaratório Executivo COFIS nº 36, de 18.12.2007 (DOU de 21.12.2007).

Conforme dispõe o próprio ADE 36/2007, o objetivo da “Especificação de Regras de Validação” é documentar as regras que serão aplicáveis às rotinas de consistência do arquivo de escrituração contábil digital implementadas no Programa Validador e Assinador – PVA.

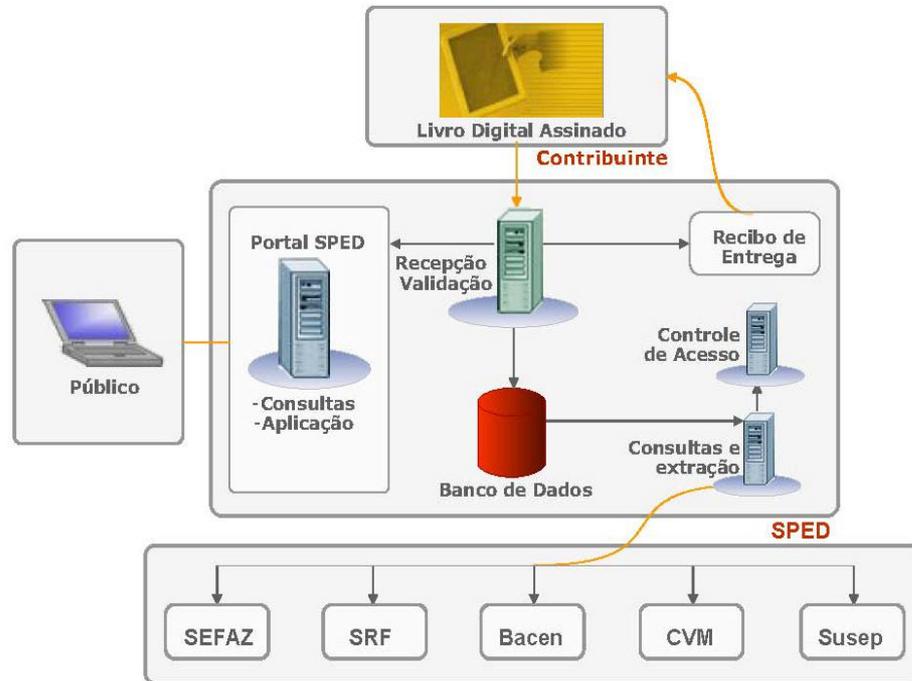
Ou seja, com base nessas informações, a pessoa jurídica terá conhecimento das regras que serão aplicáveis no arquivo a ser transmitido. Isso evitará o surgimento de inconsistências no arquivo, ou caso elas surjam, facilitará a sua correção.

Figura 8 – Programa validador e assinador - PVA



Fonte: www.receita.fazenda.gov.br

Figura 9 – Livro digital assinado



Fonte: www.receita.fazenda.gov.br

Na demonstração a seguir está ilustrada as pendências apontadas no momento da validação dos relatórios enviados a certificação.

Figura 10 – Livro digital assinado

Relatório Resumo da Validação				
Total de erros				30
Total de advertências				10
Tipo	Registro	Campo	Número da Linha	Mensagem
Erro	0	CNPJ	1	Campo obrigatório não preenchido
Advertência	6	COD_PAIS	30	Código do país não encontrado na tabela de países

Fonte: www.receita.fazenda.gov.br

Para FISCOSOFT, publicado no site em 24/03/09.

“Os desenvolvedores de softwares devem ficar atentos a essas regras no desenvolvimento de programas a serem utilizados para a Escrituração

Contábil Digital, devendo fazer as devidas adaptações para evitar inconsistências no momento de validação do arquivo a ser transmitido.”

Conforme estabelece nas instruções normativas as empresas que adotarem sistemas ECD e EFD, estarão desobrigados de apresentarem as obrigações acessórias, das quais as informações já estejam contempladas.

(...) Arquivos digitais, a apresentação dos livros digitais pela ECD supre, em relação às mesmas informações, e exigências contida na IN SRF nº 86, de 22.01.2001, e na IN MPS/SRF nº 12, de 20.06.2006. Tais atos tratam, respectivamente, sobre informações, formas e prazos para apresentação de arquivos digitais e sistemas digitais e o Sistema de Validação e Autenticação de Arquivos digitais – SVA, da Secretaria da Receita Previdenciária.

Caso o contribuinte também adote a Escrituração Digital – EFD, nos termos ao convenio ICMS nº 143, de 15.06.2006, as informações da IN SRF nº 86/2001 e da IN MPS/SRP nº 12/2006, que constem da EFD, também serão dispensadas.

Destaca-se que essa dispensa abrange apenas as informações que estarão contidas na ECD e EFD. Os registros que não constem da ECD e EFD continuaram a ser exigidos.

(Fundamentação: Art. 6º, I, e parágrafo único, II, da IN RFB nº 787/2007).

As novas exigências na escrituração e guarda dos documentos contábeis, nos Faz refletir está ocorrendo o renascimento da Ciência Contábil, nasceu agregando novas responsabilidades para os profissionais Contábeis, os quais necessariamente deveram acompanhar a implantação e todas as alterações. Contudo, essa simples mudança acarreta conseqüências para todo o processo de produção e utilização das informações. A velocidade é a palavra chave, nas para os profissionais que estão estabelecidos longe dos grandes centros, onde os cursos e treinamentos para capacitação são os últimos a serem lembrados, a distancia e uma das dificuldades da boa informação, se não há facilidades de estar participando de capacitações isto acarretará atrasos na interpretações dos processos, pois a lei e instituída de igual valor a todos mas não e levado em considerações as diversas dificuldades que mesmo na era da informações ainda existe e permanece constante na vida dos profissionais, proprietários e usuários da tecnologia.

Observa-se que as exigências com os Arquivos e Documentos fiscais continuam sob responsabilidade do empresário.

(...) O SPED prevê que os livros e documentos que integram a escrituração comercial e fiscal dos empresários e das sociedades empresárias serão emitidos em forma eletrônica, observado o disposto na Medida Provisória nº 2.200-2, de 24.08.2001, que trata da Infra-Estrutura de Chaves Pública

Brasileira - ICP-Brasil, cujo objetivo é "garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras". Ressalta-se que essa nova sistemática não visa desobrigar o empresário e a sociedade empresária de manter sob sua guarda e responsabilidade os livros e documentos na forma e prazos previstos na legislação aplicável. (Fundamentação: Art. 2º, §§ 1º e 2º, do Decreto nº 6.022/2007).

Para Zanluca (2009, p 1)

“O que se observa, no presente, é que o grau de modificações não está sendo acompanhado pelas empresas brasileiras, especialmente no que tange ao Sped Contábil. As dificuldades originam-se basicamente da relativa complexidade das novas exigências, a necessidade de adaptações nos sistemas operacionais e de registro contábil e do treinamento do pessoal que executa a escrituração.”

A resolução CFC de nº 750-93, define “Os PRINCÍPIOS, que estão revistados de universalidade e generalidade, elementos que caracterizam o conhecimento das causas primeiras.”

Segundo CRC-RS, (2000, p.16-17)

“Corrigiu sua indevida inclusão entre as Normas Brasileiras de Contabilidade, uma vez que as NORMAS deles emanam e podem ser mutáveis, o que não ocorre com os princípios. A CIENCIA CONTÁBIL consiste num vasto terreno, delimitado entre PRINCÍPIOS, de um lado, e PADRÕES, de outro; é o terreno que fica no meio, o terreno específico das NORMAS”.

Já na resolução 751-93, (2000, p.59), dispõe sobre as Normas Brasileiras de Contabilidade,

“Considerando que os Princípios Fundamentais de Contabilidade representam a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade e que constituem os fundamentos das Normas Brasileiras de Contabilidade, que configuram regras objetivas de conduta”.

“(…) O conhecimento que a Contabilidade tem de seu objeto está em constante desenvolvimento, como, aliás, ocorrem nas demais ciências em relação aos respectivos objetos”.

Para Ludícibus e Marion (2006, p.27) “O profissional Contábil tem hoje uma posição bem definida na economia global, um campo de trabalho bastante amplo e diversificado e objetivos bem claros de onde ele quer chegar,”

3 MÉTODOS DE PESQUISA

O trabalho se justifica pela relevância das atividades diárias dos profissionais da Contabilidade e através de uma pesquisa de cunho bibliográfico utilizando-se do método dedutivo através de pesquisas Exploratórias em livros, e artigos que relacionam o assunto em questão, buscando evidenciar as principais informações contidas nas obras pesquisadas e evidenciando as vantagens e desvantagens das inovações na implantação SPED-ECD.

FACHIN (2001) define a pesquisa bibliográfica como um conjunto de conhecimentos humanos reunidos das obras. Ainda afirma que: o estudo de caso é caracterizado por ser um estudo intensivo.

Segundo Gil (2002) a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses.

4 ANÁLISES DE DADOS E RESULTADOS

A evolução da contabilidade aconteceu desde os procedimentos manuscritos, passando pelo mecanizado até os dias de hoje. E os avanços tecnológicos sempre estiveram presentes no exercício da profissão da contabilidade, utilizando os procedimentos informatizados; combinando com os sistemas de informações contábeis e gerenciais de última geração.

A área contábil é a que mais sofre os impactos das inovações tecnológicas, ressaltando aqui que de uma forma positiva, se observa que terá a eliminação de redigitação de informações, o que gera ganho de produtividade e reduz enormemente os erros; rapidez no acesso às informações, possibilidades de troca de informações entre os próprios contribuintes a partir de um leiaute padrão; e a visualização dos livros contábeis em tempo real; redução de custos administrativos, possibilidade de cruzamento entre os dados contábeis e os fiscais; a simplificação e desburocratização das obrigações acessórias, o uso do Sped permite às empresas a

eliminação do uso de papel e a diminuição de despesas com armazenamento físico de arquivos.

Mais o momento é bastante preocupante, os profissionais precisam assimilar as mudanças organizacionais delas decorrentes como também incorporar aquelas ao desempenho das atividades desenvolvidas na contabilidade, com cuidados preventivos a serem empregados neste novo cenário trazido pela Escrituração Contábil Digital – ECD, e demais pilares do SPED, precisarão conhecer minimamente esses mecanismos para adaptar sua rotina profissional, na sistemática gerencial e operacional, há necessidade de um ERP (sistema de gestão integrada), estruturado e integrado, que tenha todas as informações contábeis e fiscais muito bem planejadas, com certificação digital adequada, excelente conexão com a Internet e boa estrutura de informática.

Entre as dificuldades eminentes dos contadores destacam-se complexidade das novas exigências, a necessidade de adaptações nos sistemas operacionais e de registro contábil e do treinamento do pessoal que executa a escrituração, as interpretações no momento de referenciar as contas junto ao plano de contas padrão instituído pela RFB, se esta se utilizando corretamente a conta do plano da empresa para o plano de referencia padrão (“DE-PARA”).

A dificuldade persiste na insegurança em se tratando de que até a presente data o plano de contas referencial não recepciona as alterações promovidas por meio da Lei nº 11.38/07. No entanto, há notícias de que já existe movimentação por parte dos técnicos da Receita Federal do Brasil (RFB) no sentido de adequá-lo ao “novo Cenário”.

Destaca se as implicações legais com prazos para as empresas se adaptarem ou não cumprirem as obrigações impostas pelo Sped, com penalidades que vão desde multas pelos não cumprimentos dos prazos na apresentação de arquivos,

e a falta de se adaptar às condições do Sped estará incorrendo na violação da Lei 8.137/90, que disciplina os crimes contra a ordem tributária.

Já para as empresas que não utilizarem das normas definidas pelo Sped estará relacionado ao Art. 1º desta Lei, que considera crime “elaborar, fornecer, emitir ou utilizar documentos que saiba ou devia saber falso ou inexato”.

Este é o momento dos empresários regularizarem suas atividades mediante a elaboração de um planejamento tributário e fiscal, tendo em vista as

complexidades do sistema que se altera utilizar uma comunicação clara e objetiva, estudos sistêmicos de profissionais técnicos especializados.

5 CONCLUSÃO

Tendo em vista os cuidados preventivos a serem empregados neste novo cenário trazido pela Escrituração Contábil Digital – ECD, e demais pilares do SPED, administradores públicos e privados, bem como os profissionais de contabilidade, precisarão conhecer minimamente esses mecanismos para adaptar sua rotina profissional, em face da rapidez com que o ente administrativo opera na implantação do sistema digital. Isto porque a intenção do Estado, com vistas ao fiel cumprimento do texto constitucional, deva estimular os órgãos reguladores aos cumprimentos por critérios institucionais.

A área contábil foi a que mais ocorreu inovações dentre as dificuldades eminentes dos contadores destacam-se complexidade das novas exigências, a necessidade de adaptações nos sistemas operacionais e de registro contábil e de treinamento do pessoal que executa as escriturações fiscais e contábeis.

As empresas necessitarão de um acompanhamento técnico das mudanças, pois destas se exigirá uma adaptação veloz e profunda. O planejamento tributário preventivo, com objetivo remodelador, resultará em uma gestão eficiente, evitando, assim, autuações de grandes expressões.

Este é, portanto, o momento dos empresários regularizarem suas atividades mediante a elaboração de um planejamento fiscal e, tendo em vista as complexidades do sistema que se altera, o estudo sistêmico dos profissionais técnicos especializados se revelará imprescindível.

Assim, o atual contexto vem-se caracterizando pela acelerada evolução das tecnologias e pela variedade de inovações tecnológicas disponibilizadas e suas formas e utilização, especialmente na área das tecnologias da informação. Desta forma, compreender como os avanços tecnológicos causam impacto na atividade contábil e saber avaliar a contribuição que essas inovações podem oferecer para atingir os objetivos propostos torna-se um requisito necessário na atuação dos profissionais de contabilidade.

Este trabalho procurou evidenciar os impactos causados à escrituração contábeis pelas inovações tecnológicas. Espera-se também que o mesmo sirva de subsídio para que os contadores se posicionem de forma positiva a essas mudanças, agregando os novos conhecimentos aos já adquiridos que norteiam suas atividades, as quais de suma importância para os usuários dos serviços contábeis e a sociedade.

REFERÊNCIAS

ANTONIO LOPES DE SÁ – ÉTICA PROFISSIONAL – 8ª EDIÇÃO EDITORA ATLAS S.A 2007, SOA PAULO-SP

Artigo 1.179/2002.

http://www.dji.com.br/codigos/2002_lei_010406_cc/010406_2002_cc_1179_a_1195.htm, acesso 25/05/09 as 23:10horas

Artigo 5º da Constituição Federal do Brasil
http://www.dji.com.br/constituicao_federal/cf005.htm, acesso 10.05hs

Boletim IOB – Manual de Procedimentos- junho/2008 – fascículo 23.

comentários-acerca-da-legalidade-do-sistema-publico-de-escrituracao-digital-sped.htmlDemes Britto*acesso 17/05/09 as 1233 hs

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, SETEMBRO DE 2000, PORTO ALEGRE-RS GRAFICA EDITORA PALLOTTI STA MARIA RS.

Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007 - Institui o Sistema Público de Escrituração Digital – Sped – Disponível no site <http://www.receita.fazenda.gov.br/> acesso em 26/09/2008 as 7:30hs.

DRUMMOND, Maria Helena Ferreira. **Ciências contábeis da arte à ciência**. Revista Brasileira de Contabilidade. 24, nº 93, p. 72-78 maio-jun.1995.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. São Paulo: Saraiva. 2001. 42 e 125p.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisas**. São Paulo: Atlas S.A, 2002, 41p.

GIROTTTO Maristela, RBC - Revista Brasileira de Contabilidade, página Edição março/abril 2008.

HENDRIKSIN, Eldon S; VAN BRENDA, Michel F. Quatro Mil Anos de Contabilidade. In:----- . Teoria da Contabilidade. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999. P. 38-52. <http://www.contabeis.ucb.br/sites/000/96/00000087.pdf>, acesso 27/05/09 as 22:26 hs.

<http://www.investidura.com.br/biblioteca-juridica/artigos/direitoetecnologia/2696->

MARION, JOSE CARLOS .Contabilidade Básica 8ª edição . São Paulo, Editora Atlas s.a – 2008.

PADOVEZE, CLOVIS LUÍS, Manual de Contabilidade Básica, 4ª edição – São Paulo-SP: Atlas, 2000. P. 101-109.

Protocolo ICMS nº 77, de 18 de setembro de 2008 - Dispõe sobre a obrigatoriedade da Escrituração Fiscal Digital (EFD), nos termos das cláusulas terceira e oitava-A do Convênio ICMS nº 143/06, que instituiu a EFD. Disponível no site <http://www.receita.fazenda.gov.br/> acesso em 24/09/2008 as 8:15hs.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL. <http://www1.receita.fazenda.gov.br/Sped/>

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL. <http://www1.receita.fazenda.gov.br/sped-contabil/legislacao.htm>

Tolerância Zero na Revista Razão Contábil nº 52 ano 5 agosto 2008 – disponível no site: www.revistarazao.com.br

ZANLUCA, JULIO CÉZAR, Contabilidade – Presente e Futuro, Portal de Contabilidade, acesso 16/5/2009 22:30hs
<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/contabilidade.htm>.